



MATÉRIA E FELICIDADE: A MORAL EM HOLBACH

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2023.193.08>

Paulo Jonas de Lima Piva

Doutor em filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de filosofia da Universidade Federal do ABC (UFABC)

paulo.piva@ufabc.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-1121-2773>

Misael Dutra

Graduando em relações internacionais na Universidade Federal do ABC (UFABC)

misaeldutrado@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-7228-5330>

RESUMO:

Com base nas suas obras *Sistema da natureza ou das leis do mundo físico e do mundo moral*, de 1770, e *A moral universal ou os deveres do homem fundamentados na sua natureza*, de 1776, o objetivo deste artigo é tratar dos fundamentos teóricos e das consequências práticas da filosofia moral do pensador materialista e ateu e iluminista Barão de Holbach (1723-1789), a qual tem na felicidade a sua finalidade última, na educação e na política os seus meios concretos, e nas leis gerais da matéria, que seriam absolutamente físicas, seu fato primordial e, ao mesmo tempo, o seu principal desafio.

PALAVRAS-CHAVE:

Determinismo. Felicidade. Iluminismo. Materialismo. Moral.

MATTER AND HAPPINESS: THE FOUNDATIONS OF HOLBACH'S MORALITY

ABSTRACT:

Based on his works *System of nature or the laws of the physical world and the moral world*, from 1770, and *Universal morality or the duties of man founded on his nature*, from 1776, the objective of this article is to deal with the theoretical foundations and of the practical consequences of the moral philosophy of the materialist, atheist and enlightenment thinker Baron de Holbach (1723-1789), which has happiness as its ultimate purpose, education and politics as its concrete means, and in the general laws of matter, which they would be absolutely physical, its primordial fact and, at the same time, its main challenge.

KEYWORDS:

Determinism. Happiness. Enlightenment. Materialism. Moral.

Introdução

Paul-Henri Thiry, o Barão de Holbach, nascido em 1723, isto é, há exatos trezentos anos, e falecido poucos meses antes da eclosão da Revolução Francesa, foi um importante pensador do Iluminismo francês e um dos principais representantes do materialismo e do ateísmo da história da filosofia ocidental. Colaborador prolífico da *Enciclopédia* de Diderot e de D'Alembert com verbetes, na sua maioria, sobre química e mineralogia, Holbach, além de homem de ciência, foi um crítico rigoroso e sistemático da falta de racionalidade no funcionamento moral e institucional da sociedade do seu tempo, a qual era marcada pela ignorância, pela superstição, pela tirania, pela degradação social e, sobretudo, pela *infelicidade* dos seus cidadãos. Para entender e, sobretudo, para mudar essa realidade, Holbach produziu dois monumentos da filosofia ocidental, ainda pouco estudados, infelizmente: o primeiro deles, *Sistema da natureza ou das leis do mundo físico e do mundo moral*, de 1770, no qual Holbach expõe em detalhes sua interpretação materialista, ateuista e determinista da natureza em geral, portanto, no qual ele estabelece a sua ontologia; o segundo, *A moral universal ou os deveres do homem fundamentados na sua natureza*, de 1776, consiste numa antropologia – no sentido de que o homem é explicado em sua natureza e em suas relações –, além de uma proposta moral para que a natureza humana, absolutamente material e sujeita a determinações físicas implacáveis, possa se desenvolver em conformidade com a dinâmica, com a tendência, enfim, com o *télos* do seu ser, que seria a busca do bem-estar, mais precisamente, a busca pela *felicidade*.

A moral como ciência

Em *A moral universal*, Holbach sistematiza um conjunto de regras de conduta e valores válido e aplicável por toda e para toda a humanidade. No seu entender, a moral, em linhas gerais, apesar de suas particularidades variáveis de povo para povo e de época para época, teria uma universalidade, ou seja, poderia ser concebida como um sistema mínimo, e ao mesmo tempo abrangente, de preceitos e máximas sobre o qual os seres humanos de um modo geral deveriam fundamentar suas escolhas e adotá-lo como critério e norte para o planejamento de uma vida feliz, isso porque haveria uma natureza humana empiricamente constatada como substrato e como realidade determinada pelas leis da física. Em outras palavras, Holbach entende a moral antes de tudo como uma *ciência*, como lemos já no primeiro parágrafo de sua *A moral universal*, e como *ciência empírica*, como veremos em mais detalhes adiante: “A moral é a ciência das relações que subsistem entre os homens e dos deveres que decorrem dessas relações” (HOLBACH, 2014, p. 3)

Mas ciência em que sentido mais exatamente? Moral como ciência, primeiramente, no sentido de um conhecimento racional e objetivo do bem e do mal, da virtude e do vício, enfim, do certo a fazer para sermos virtuosos e felizes nesta vida terrena e material, que, para o materialista Holbach, é a única vida real e existente. Portanto, moral não mais entendida como uma especulação metafísica de inspiração religiosa, isto é, baseada na fé e na crença numa revelação sobrenatural das noções de justiça, bem e virtude. Nesse sentido, a ousadia do iluminismo de Holbach na reflexão moral exige desta área não só laicidade, mas razoabilidade absoluta no modo de analisá-la, investigá-la, estudá-la e entendê-la. Desse modo, sendo a moral uma ciência, e ciência num sentido forte, poderíamos então falar na existência de verdades morais objetivas ao alcance do ser humano. É nesse sentido, aliás, que pondera Holbach na seguinte passagem do seu *A moral universal*:

Na moral, a razão é o conhecimento da verdade aplicado à conduta da vida. É a faculdade de distinguir o bem do mal, o útil do nocivo, os interesses reais dos interesses aparentes, e de se conduzir como consequência disso. Quando dizem que *o homem é um ser racional*, não querem de maneira alguma dar a entender com isso que ele traz ao nascer o conhecimento daquilo que lhe é vantajoso ou nocivo. Querem indicar apenas que ele desfruta da faculdade de sentir e distinguir aquilo que lhe é favorável daquilo que lhe é contrário [...]. (HOLBACH, 2014, p. 48-49, grifo do autor).

Como vemos, em *A moral universal*, razão, moral, conhecimento e verdade são noções relacionadas tendo em vista não apenas a compreensão da realidade dos costumes e dos valores, mas, sobretudo, as consequências e os resultados da vida prática dos indivíduos em sociedade. Isso, por sua vez, pressupõe um sujeito desse tipo de conhecimento. Para Holbach, esse sujeito que faz da moral, ao mesmo tempo, um

objeto e campo científicos, seria um “ser racional”, alguém que, “em todas as suas ações, se serve dos meios mais seguros para obter o resultado a que se propõe, e cujas vontades são continuamente dirigidas pela prudência e pela reflexão” (HOLBACH, 2014, p. 42). Tal atributo da racionalidade propriamente dita, aliás, seria, no seu entender, uma exclusividade dos seres humanos. Entretanto, Holbach observa que os animais não humanos seriam dotados do chamado “instinto”, cuja funcionalidade seria a mesma da racionalidade no caso dos seres humanos: “Aquilo que nós chamamos de *instinto* nos animais é a faculdade de obter os meios de satisfazer algumas necessidades; ele se parece muito com aquilo que é chamado de *inteligência*, de *razão* e de *sagacidade* no homem.” (HOLBACH, 2014, p. 9, grifo do autor)

Na prática, o que diferiria os animais não humanos do homem - este, para Holbach, também um animal, vale frisar - seria a maior capacidade do homem de exploração e de aproveitamento cognitivo das suas experiências. Essa capacidade se expressaria na possibilidade de manter vivas na sua memória as experiências do presente e do passado, e ainda na capacidade de prevêê-las, em certa medida, no futuro, o que obviamente não ocorreria com os demais animais, como lemos na seguinte passagem de *A moral universal*:

O homem difere dos outros animais e se mostra superior a eles por sua atividade, pela energia de suas faculdades, pela força de sua memória, pela multiplicidade de suas experiências e por sua astúcia, que o colocam em condições de satisfazer com mais facilidade as suas necessidades. Em poucas palavras, o homem, à força de experiências e de reflexões, não somente experimenta as sensações presentes, mas também se recorda das sensações passadas e prevê as sensações futuras. (HOLBACH, 2014, p. 10).

A ciência da felicidade

Para Holbach, a moral seria uma ciência no seu sentido mais rigoroso possível, e seria constituída, digamos, de duas faces: por um lado, ciência como um conhecimento da natureza e do funcionamento das regras e dos valores que constituem os costumes, isto é, ciência num sentido analítico, de diagnóstico, descritivo, ciência num sentido empírico e objetivo portanto; por outro lado, ciência como um conhecimento sobre como devemos viver para sermos virtuosos e felizes, portanto, como uma ciência da felicidade, como uma arte de viver, enfim, como sabedoria na acepção antiga, epicurista ou estoica, do termo. Em outras palavras, uma ciência do *ser* e do *dever ser*.

Um ponto a ser destacado a propósito é que o nosso filósofo entende que um dos principais objetivos da existência humana é alcançar a felicidade. “O homem”, escreve Holbach, “é um ser sensível, inteligente, racional e sociável que, em todos os instantes, busca sem interrupção se conservar e tornar sua existência agradável” (HOLBACH, 2014, p. 6). Além disso, Holbach entende a felicidade como “um estado de aquiescência contínua às maneiras de sentir e de existir que nós achamos agradáveis ou em conformidade

com o nosso ser” (HOLBACH, 2014, p. 14). Assim sendo, a felicidade, à primeira vista, seria um estado de vivência qualitativamente superior, isto é, de prazer, bem-estar e alegria contínuos. Nas suas próprias palavras, “o prazer duradouro e contínuo é chamado de *alegria, bem-estar, felicidade*” (HOLBACH, 2014, p. 14). Ocorre que, para Holbach, a natureza, que ontologicamente é matéria tão somente, encontra-se em constante movimento, o que acarreta que tudo esteja em permanente mudança, paradoxalmente, em perpétua estabilidade provisória, dificultando assim qualquer situação ou estado de continuidade, no caso, de prazer, alegria e bem-estar ininterruptos. Assim sendo, a felicidade, aos olhos de Holbach, parece ser, a princípio, um estado material — se quisermos, corporal — que contraria a própria dinâmica da matéria, ou seja, de algum modo, à primeira impressão, um estado antinatural. Entretanto, como veremos com mais detalhes adiante, é uma determinação dessa matéria que nós, seres humanos, sejamos felizes, determinação esta, importante assinalar, física, que não deve ser confundida com uma vontade da natureza num sentido providencial ou divino imanente. Ora, como então desfrutar de um estado contínuo de bem-estar se tudo na matéria está em perpétuo movimento, portanto, em constante mudança? Como Holbach enfrenta essa aparente contradição ontológica?

Consciente dessa contradição do próprio modo de ser da matéria, o qual impõe a felicidade como uma necessidade física a um ser humano que é matéria em movimento e em mudança permanentes, o barão materialista chega à seguinte conclusão sobre a felicidade: “a maior felicidade é aquela que é mais durável” (HOLBACH, 2010, p.174). E o que isso significa precisamente? Em primeiro lugar, que a felicidade deveria ser entendida de maneira qualitativamente hierárquica, que iria do bem-estar menos durável ou menos momentâneo em termos de intensidade e tempo para o bem-estar mais durável e mais momentâneo. Nesse sentido, seriam preferíveis aqueles prazeres que tendem a durar mais, pois eles seriam fonte de uma maior felicidade. Portanto, quando Holbach fala em continuidade de bem-estar ao se referir à felicidade, ele não está querendo dizer prazer eterno, pois isso seria contrário ao que ele pensa sobre a essência da matéria. No fundo, significa apenas que a maior felicidade seria oriunda daqueles prazeres que têm um período de duração prolongada ou de largos momentos. Dentre esses prazeres estariam os prazeres intelectuais, pois em relação a estes o homem teria uma maior capacidade de mantê-los, renová-los e aperfeiçoá-los. Como explica o próprio Holbach:

Os prazeres que são chamados de *intelectuais* são aqueles que nós experimentamos dentro de nós mesmos ou que são produzidos pelos pensamentos ou pela contemplação das ideias que nossos sentidos nos forneceram, através da memória, do juízo, do espírito e da imaginação. (HOLBACH, 2014, p.17, grifo do autor e nosso).

Sendo a felicidade o principal objetivo da vida humana, felicidade esta que não deve ser pensada como um bem-estar eternamente contínuo, resta ao homem viver em busca desse bem-estar, viver em conformidade com esse objetivo. Nas palavras do nosso filósofo eudemonista:

(...) em todas as suas ações os homens buscam o prazer. É ele que as nossas paixões e os nossos desejos têm como objetivo. Nós só o encontramos raramente porque o procuramos onde ele não está ou porque temos a imprudência de abusar dele” (HOLBACH, 2014, p. 272).

Ou seja, o homem só é infeliz ou porque não foi instruído sobre como encontrar o prazer mais duradouro ou por que não soube lidar racionalmente com esse prazer, por exemplo, abusando do seu desfrute, sendo, portanto, um intemperante.

Sendo a moral uma ciência, é necessário que ela seja universal. Holbach endossa tal raciocínio. De acordo com ele, durante a história da filosofia, muitos moralistas argumentaram que, como cada homem sente e pensa de uma certa e determinada maneira, logo, não é possível determinar exatamente o que seria a felicidade em si, pois cada um teria sua própria forma de entender e experimentar tal estado. Ora, como falar então em moral como ciência, portanto, como um saber universal, admitindo ao mesmo tempo que a felicidade seria um estado relativo, condicionado pelas peculiaridades de cada indivíduo? Holbach nos responde:

A felicidade não pode ser a mesma para todos os seres da espécie humana; os mesmos prazeres não podem afetar igualmente homens diversamente conformados e modificados. Eis aí, sem dúvida, por que a maior parte dos moralistas estiveram tão pouco de acordo sobre os objetos nos quais eles fizeram consistir a felicidade, assim como sobre os meios de obtê-los. No entanto, a felicidade parece ser geralmente um estado durável ou momentâneo ao qual nós aquiescemos, porque o achamos em conformidade com o nosso ser. Esse estado resulta do acordo que existe entre o homem e as circunstâncias nas quais a natureza o colocou ou, se preferirem, *a felicidade é a coordenação entre o homem e as causas que atuam sobre ele*. (HOLBACH, 2010, p. 175, grifo nosso).

Trocando em miúdos a citação de Holbach, a felicidade é uma necessidade imposta pela natureza por meio de suas leis, de suas causas e efeitos, a toda a humanidade, porém, cada indivíduo experimentará esse estado de bem-estar de modo diferente e particular. A propósito, quais seriam as necessidades universais do homem, ou seja, as necessidades mais básicas, e ao mesmo tempo mais gerais, constituintes de todos os seres humanos a despeito de suas singularidades?

O eudemonista e universalista Holbach constata que existe “um aspecto geral sobre o qual todos estão de acordo: o amor ao prazer e o temor à dor” (HOLBACH, p. 12, 2014). Sendo o homem um ser de percepção, sensibilidade, apetites e racionalidade, sua natureza mostra-lhe desde cedo os perigos e os atrativos da realidade física, biológica e social, e que o desejável é viver da forma mais prazerosa possível, inclusive na vida social. É o que nos assevera Holbach: “a moral é o conhecimento daquilo que devem

necessariamente fazer ou evitar os seres inteligentes e racionais que queiram se conservar e viver felizes em sociedade” (HOLBACH, 2014, p. 3). Em outras palavras, é muito difícil ser feliz sendo um eremita, pois a nossa natureza nos impele ao convívio social, o qual seria um tipo de vida mais vantajoso, não só para a nossa própria sobrevivência biológica, mas para viabilizar a realização da nossa felicidade. É o que podemos inferir da seguinte passagem de *A moral universal*:

Quando dizem que o homem é um ser *sociável*, indicam assim que sua natureza, suas necessidades, seus desejos e seus hábitos o obrigam a viver em sociedade com os seres semelhantes a ele, a fim de se proteger com o auxílio deles dos males que teme e obter os bens necessários à sua própria felicidade. (HOLBACH, 2014, p. 74, grifo do autor).

Esforçar-se para ser feliz seria, portanto, uma virtude para Holbach. Virtude também seria viver contribuindo para o bem da coletividade. Ora, se é do interesse de cada indivíduo viver em comunidade, suas ações devem levar em conta os interesses dos outros indivíduos com os quais terei de conviver. Muitos desses interesses, aliás, serão interesses comuns. Assim sendo, o *homem virtuoso* seria aquele que se dedica não apenas à sua felicidade, mas também à felicidade daqueles que com ele repartem o cotidiano da vida social. É assim, aliás, que Holbach define a virtude:

A virtude em geral é uma disposição ou vontade habitual e permanente de contribuir para a felicidade constante dos seres com os quais vivemos em sociedade. Essa disposição só pode ser solidamente fundamentada na experiência, na reflexão e na verdade, com a ajuda das quais nós conhecemos os nossos verdadeiros interesses e os interesses daqueles com quem temos relações. (HOLBACH, 2014, p.77)

Os fundamentos da ciência da felicidade

A moral é uma ciência, e mais especificamente, uma ciência que nos ensina a sermos felizes. Eis em suma o que podemos concluir do pensamento de Holbach até agora. Contudo, avancemos no entendimento desse pensamento no sentido dos seus fundamentos conceituais e lógicos, mais precisamente, epistemológicos.

É possível dizer que Holbach baseia sua ciência moral em três pilares. O primeiro deles seria o *empirismo*. No seu entender, nossas ideias mais básicas teriam como fonte os nossos sentidos e as nossas experiências. Nossas ideias de bem e mal, justo e injusto, vício e virtude, seriam consequências das nossas vivências registradas pelos sentidos e organizadas e articuladas pela nossa razão. Dessa epistemologia, Michel Onfray, por exemplo, no seu *Os ultras das Luzes: contra-história da filosofia 4*, deduz um consequencialismo moral em Holbach. Aliás, Onfray utiliza não só o termo “consequencialismo” para caracterizar a filosofia moral do autor do *Sistema da natureza* como define, sem hesitar, essa filosofia como um “utilitarismo”. Logo no sumário desse volume da sua contra-história da filosofia encontramos Holbach

listado como um representante dos “utilitaristas franceses”, ao lado de Maupertuis e Helvétius. Na leitura de Onfray, Holbach não acredita que bem e mal existam em si mesmos, como conceitos puros e absolutos de um mundo das ideias platônico. Bem e mal seriam convenções com base nos resultados das ações dos homens. Em outros termos, se o resultado de uma ação for o benefício, esta ação será julgada boa, se o resultado ou consequência for o prejuízo, esta ação será considerada má, independentemente das intenções por trás delas. É o que podemos entender do seguinte raciocínio de Onfray:

D’Holbach estabelece as bases do consequencialismo: bem e mal, belo e feio, vício e virtude, justo e injusto não podem ser ditos de maneira absoluta, apenas relativamente ao contexto, em particular às consequências induzidas em termos de utilidade individual ou coletiva. (ONFRAY, 2012, p. 246).

Michel Onfray à parte, constatamos em *A moral universal* de Holbach, em particular, que a experiência é a base do conhecimento dos deveres morais, logo, que as noções de bem e mal, justo e injusto, vício e virtude, não seriam ideias inatas:

[...] o homem de modo algum traz o conhecimento dos deveres da moral ao nascer [...] nada é mais quimérico do que a opinião daqueles que atribuem ao homem alguns sentimentos morais *inatos*. As ideias que ele tem sobre o bem e o mal, sobre o prazer e a dor, sobre a ordem e a desordem, sobre os objetos que ele deve buscar e dos quais ele deve fugir, o que ele deve desejar ou temer, não podem ser senão consequências de suas experiências; e ele só pode contar com as suas experiências quando elas são constantes, reiteradas e acompanhadas de juízo, de reflexão e de razão. (HOLBACH, 2014, p.5, grifo do autor).

O acúmulo dessas experiências constituirá a ciência eudemonista da moral de Holbach, a qual ensinará ao ser humano a arte de viver, ou seja, de certo modo, uma técnica ou prática para ser feliz. Tal como aquele que ao colocar a mão no fogo aprende que o fogo queima, na vida moral a experiência do excesso e da moderação, do egoísmo e da compaixão, ensinará ao homem o que é o vício e o que é a virtude, o que leva à felicidade e o que leva ao infortúnio. Ou seja, ao agirmos no mundo, aprenderemos com as nossas experiências, por meio de erros e acertos, o que devemos fazer e o que devemos evitar para sermos felizes. É o que afirma Holbach na seguinte passagem de *A moral universal*:

A experiência é a faculdade de conhecer as relações ou a maneira como os seres da natureza atuam uns sobre os outros. [...] A moral, para ser segura, não deve ser senão uma série de experiências feitas sobre as disposições essenciais, as paixões, as vontades, as ações dos homens e seus efeitos. Na moral, ter experiência é conhecer com certeza os efeitos resultantes da conduta dos homens (HOLBACH, 2014, p. 42-43).

O estudo minucioso, empírico da natureza humana, fez com que Holbach chegasse ao princípio de que todo ser humano aprecia o prazer e rejeita o sofrimento. Trata-se, com efeito, do segundo pilar da moral eudemonista ou ciência da felicidade de Holbach. Prazer e dor seriam então as referências e critérios básicos

das escolhas e ações dos homens, bem como as noções que nos ajudam a entender a diferença essencial entre felicidade e infelicidade. Lemos, a propósito, desta vez no seu *Sistema da natureza*:

Se é da essência atual do homem tender ao bem-estar ou a querer se conservar, se todos os movimentos de sua máquina são consequências necessárias desse impulso primitivo, *se a dor o adverte daquilo que ele deve evitar, se o prazer lhe anuncia aquilo que deve lhe apetecer*, faz parte da sua essência gostar daquilo que provoca ou daquilo de que ele espera sensações agradáveis e odiar aquilo que lhe proporciona ou lhe faz temer impressões contrárias. (HOLBACH, 2010, p. 232, grifo nosso).

De onde se segue que a moral, segundo Holbach, não deve contradizer as inclinações da natureza humana. As doutrinas morais que não levam em consideração a atração pelo prazer e a rejeição à dor, ambas vigorosas inclinações naturais, além de não se mostrarem eficazes, serão causa de infortúnio para os seus seguidores:

Toda moral que pretender tirar o homem de sua esfera, elevá-lo acima de sua natureza, que lhe disser para não sentir nada, para ser indiferente quanto ao prazer e a dor, para se tornar impassível à força de raciocínios, para deixar de ser um homem, bem poderá ser admirada por alguns entusiastas, mas não convirá jamais a seres que a natureza fez sensíveis e repletos de desejos. (HOLBACH, 2014, p. XV).

Podemos constatar então que a moral de Holbach é pensada tendo como base seres humanos empíricos e reais, e não um ser humano idealizado, isto é, sem as paixões, vulnerabilidades e contradições da essência de quem é matéria em forma de corpo. Em outras palavras, sua teoria moral é fundamentada na *natureza humana*, ou seja, “fundamentada na sua essência, nas propriedades e qualidades que se encontram constantemente em todos os seres da sua espécie, pelas quais ele é distinto de outros animais” (HOLBACH, p. 3, 2014). Portanto, não será razoável para o homem escolher e agir de modo diferente do que a sua própria natureza o inclinar a fazer, e sim sempre escolher e agir em conformidade com as suas inclinações, desde que, obviamente, mediado pela razão e pelo aprendizado da experiência:

Cada ser não pode agir e se mover senão de uma maneira particular, ou seja, segundo leis que dependem da sua própria essência, da sua própria combinação, da sua própria natureza – em poucas palavras, da sua própria energia e da dos corpos dos quais ele recebe o impulso. (HOLBACH, p.47, 2014).

Na percepção do nosso filósofo materialista, durante a maior parte da história da filosofia o homem foi dividido em dois seres distintos: o homem no âmbito físico e o homem no âmbito moral. Holbach refuta tal divisão. Para ele, o homem moral também faz parte da realidade física, está totalmente submetido às leis da natureza, já que ele é essencial e absolutamente matéria. Por conseguinte, a sua organização e estrutura materiais serão causas das diversas determinações que o levam a agir de uma maneira ou outra, seguindo ou não o caminho da virtude. Nesse sentido, para Holbach, o homem moral e o homem físico seriam uma só e mesma coisa, pois a moral, no seu entender, é física, como lemos no seu *Sistema da natureza*:

Tem-se abusado visivelmente da distinção que tantas vezes se faz entre o homem *físico* e o homem *moral*. O homem é um ser puramente físico. O homem moral nada mais é do que esse ser físico considerado sob um certo ponto de vista, ou seja, relativamente a algumas maneiras de agir decorrentes de sua organização particular. [...] Suas ações visíveis, assim como os movimentos invisíveis despertados em seu interior, que provêm da sua vontade ou do seu pensamento, são igualmente efeitos naturais, consequências necessárias de seu mecanismo próprio e dos impulsos que ele recebe dos seres pelos quais está rodeado. (HOLBACH, p. 32, 2010, grifo do autor)

Como o objetivo de Holbach é fazer com que o homem seja compreendido na sua totalidade, totalidade esta material, ou seja, como um ser apenas físico, uma moral que não leve em conta esse fato não conseguirá desvendar a miríade de movimentos internos e externos que afetam necessariamente os corpos e, por conseguinte, as ações humanas. Como tudo o que fazemos seria efeito da organização da nossa matéria determinada pela natureza, é necessário que a moral eudemonista e universal considere as particularidades dessa organização. Afirma Holbach a respeito:

Tudo aquilo que o espírito humano sucessivamente inventou para modificar ou aperfeiçoar sua maneira de ser e para torná-la mais feliz nunca passou de uma consequência necessária da essência própria do homem e da dos seres que atuam sobre ele. Todas as nossas instituições, nossas reflexões, nossos conhecimentos só têm como objetivo nos proporcionar uma felicidade para a qual nossa própria natureza nos força a tender sem cessar. (HOLBACH, 2010, p.32).

O interesse

Por fim, o terceiro pilar da ciência da felicidade de Holbach: o *interesse*.

Argumenta Holbach que vários moralistas ao longo da história da filosofia tentaram fundamentar suas reflexões morais em sentimentos humanos diversos, a maioria deles na *compaixão*. No entanto, como tais sentimentos dependem da organização corporal do homem, de cada indivíduo em particular, esses sentimentos nem sempre estão presentes na organização de cada um desses indivíduos. Explica-nos Holbach:

Vê-se que a compaixão depende da sensibilidade física, que nunca é a mesma em todos os homens: erraram, portanto, em fazer da compaixão a fonte de nossas ideias morais e dos sentimentos que temos pelos nossos semelhantes. Não somente nem todos os homens são sensíveis, mas também existem muitos nos quais a sensibilidade não foi desenvolvida. (HOLBACH, 2010, p.166, nota 4).

Na moral universal de Holbach, o *interesse* tem um lugar central, o mesmo, diríamos, que a compaixão tem em outras morais. Segundo o nosso filósofo, “é sobre o interesse que a moral deve fundamentar solidamente todos os seus preceitos para torná-los eficazes” (HOLBACH, 2014, p. 28). Para

Holbach, o interesse é o verdadeiro motor do ser humano. Em termos mais precisos, não há ações humanas desinteressadas. Se o homem sempre busca o prazer e foge da dor em suas iniciativas, tal busca será sempre por *interesse próprio*. Se ele deseja a felicidade da comunidade na qual ele vive, também é por interesse próprio, afinal, ele também é integrante dessa comunidade, portanto, parte interessada no seu bom funcionamento. Ou seja, moral e interesse não são ideias excludentes para Holbach, o interesse não deslegitima uma moral, em suma, ações desinteressadas não existem, nem mesmo no altruísmo mais heroico. É o que assevera Holbach na seguinte passagem de *A moral universal*: “É de acordo com os seus interesses que os homens são bons e maus. Ao fazer o bem, assim como ao fazer o mal, nós agimos sempre visando a uma vantagem que acreditamos ser resultado da nossa conduta” (HOLBACH, 2014, p. 26).

Em seu livro *Natureza e imanência: o sistema da natureza de Holbach*, de 2018, Fábio Ávila afirma que o pensamento moral de Holbach concebe o interesse como a pedra angular da moral, como a verdadeira força das atividades e escolhas do homem. Em razão do ser humano não agir sem levar em conta o seu próprio interesse, o moralista deve ter o interesse próprio em mente ao fazer seus julgamentos e suas proposições morais. Para Ávila, é o interesse próprio “que dá sustentação aos desejos, às paixões e à tendência do homem para viver em sociedade, já que ele estabelece as normas e diretrizes da conduta em vista da conservação e do amor de si.” (ÁVILA, 2018, p. 254-255)

As doutrinas e os sistemas morais que fazem do agir desinteressado a base da verdadeira moral mostram-se, portanto, distantes da realidade humana. Holbach argumenta em *A moral universal* que “agir sem interesse seria agir sem motivo. Um ser inteligente, ou seja, que se propõe o bem-estar em todos os momentos e que sabe empregar os meios apropriados para alcançar esse objetivo, não pode nem por um instante perder de vista o seu interesse” (HOLBACH, 2014, p. 27). Ainda em *A moral universal*, mais precisamente na nota 69 da sua terceira parte, ele afirma que seria inútil a um ser que se move pelo interesse uma moral desinteressada, sem ganhar nada pelas suas ações: “Seria bem inútil falar aos homens de moral e de virtude se disso não resultasse o maior bem para eles. Uma virtude totalmente *gratuita* é uma quimera pouco sedutora para seres que desejam a felicidade por um impulso constante de sua natureza.” (HOLBACH, 2014, p. 809, grifo do autor). Por fim, a definição mais clara de interesse *bien compris* dada por Holbach, também em *A moral universal*:

Nossos desejos, excitados por algumas necessidades reais ou imaginárias, constituem o *interesse*, que é como se designa geralmente aquilo que cada homem deseja, por que acredita ser útil ou necessário a seu bem-estar; em poucas palavras, o objeto no gozo do qual cada um faz consistir o seu prazer ou a sua felicidade. [...] É, pois, indubitável que todos os indivíduos da espécie humana não agem e não podem agir senão por interesse. A palavra *interesse*, assim como a palavra *paixão*, não apresenta ao espírito senão o amor por um bem, o desejo da felicidade. (HOLBACH, 2014, p. 25, grifo do autor).

No entanto, nem todo interesse tem o mesmo valor para o nosso filósofo. Conforme o juízo de Holbach, o interesse pode ser tanto louvável quanto sórdido e censurável. O interesse louvável seria aquele que tem como objetivo a conquista de coisas que realmente podem ser úteis, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade em geral. Já o interesse censurável seria todo aquele que tenha como objetivo apenas as necessidades do indivíduo, e que possa, por algum motivo, prejudicar os interesses daqueles que com ele convivem. É quando o eudemonismo de Holbach se faz também, de acordo com Michel Onfray, um “eudemonismo político” (ONFRAY, 2012, p. 253): a felicidade como objetivo político, isto é, a felicidade entendida como um bem público.

Nesse sentido, a moral, segundo de Holbach, deve servir também para aperfeiçoar o amor do indivíduo por si mesmo, o amor-próprio, que é o sentimento que todo indivíduo precisa ter para poder se conservar, portanto, um sentimento vital básico. Todo ser, seja ele planta ou animal, sempre tende a conservar a si próprio, como destaca Holbach:

Conservar-se é dar e receber movimentos dos quais resulta a manutenção da existência, é atrair as matérias apropriadas para corroborar o seu ser e afastar aquelas que podem enfraquecê-lo ou danificá-lo. [...] A conservação é, portanto, o objetivo comum para o qual todas as energias, as forças e as faculdades dos seres parecem continuamente direcionadas. (HOLBACH, 2010, p.81).

Em face da necessidade imperiosa da conservação individual, a moral mostra para o homem que a melhor forma de conseguir sobreviver na natureza é por meio da vida em sociedade. Sendo assim, é razoável que tratemos bem as pessoas com quem convivemos, estimulando a sociabilidade e a bondade de um para com o outro. Nas palavras do próprio Holbach, “longe de constituir um projeto insensato de apagar no coração do homem o amor essencial e natural que ele tem por si mesmo, a moral deve servir-se dele para lhe mostrar o interesse que ele tem em ser bom, humano, sociável e fiel aos seus compromissos.” (HOLBACH, 2014, p. 33). Esse individualismo, por sua vez, não deve ser confundido com *egoísmo*, que é quando o indivíduo se interessa tão-somente pelo seu bem-estar e mesmo à custa do bem-estar do outro, anulando assim a reciprocidade que deveria existir nas relações sociais.

Portanto, seguindo a lógica da filosofia moral holbachiana, não há nada de vicioso com o interesse, uma vez que este não se restringe ao particular e sim tem um compromisso com o universal. Nesse sentido, uma moral que não leva o interesse particular dos indivíduos em consideração, tal como faz, no seu entender, a moral cristã, representante paradigmática da moral desinteressada, essa moral não conseguirá promover a felicidade do homem nesta vida, que é a única vida que existe, como sugere William Romualdo

em sua dissertação de mestrado intitulada *Materialismo e Moral em Holbach: os fundamentos da felicidade no sistema da natureza*:

A felicidade, antes confiada apenas à alma espiritual e ao além-mundo, passa a ser cada vez mais requerida neste mundo terreno. Pretendeu-se uma felicidade inteiramente humana que pudesse ser buscada e conquistada aqui neste mundo e no presente [...]. Tal pretensão está condicionada por aqueles que querem elaborar uma nova moral diferente daquela que estava vinculada e dependia diretamente dos dogmas teológicos. (ROMUALDO, 2018, p.81).

Felicidade e fatalismo

Um dos principais problemas suscitados pela concepção materialista de moral de Holbach é o *determinismo*, na linguagem da época do filósofo, “fatalismo”. Embora o termo “fatalismo” seja utilizado para designar um determinismo de caráter religioso, como, por exemplo, em *Jacques, o fatalista, e seu amo*, de Denis Diderot, no qual lemos que “tudo o que nos acontece de bom e de mau aqui embaixo estava escrito lá em cima” (DIDEROT, 2001, p. 15), Holbach o emprega em sentido materialista, imanente, ateu. Portanto, toda vez que nos depararmos com o termo “fatalismo” no *Sistema da natureza*, leiamos “determinismo da matéria”, como faz, inclusive, a própria tradutora de Holbach para o português, Regina Schöpke (2010), no vocábulo “determinismo” do seu *Dicionário filosófico*. Lá ela define Holbach como um determinista, com a justificativa de que o filósofo não utiliza a ideia de destino em sua reflexão, além de que ele acredita que a natureza funciona conforme rígidas leis físicas que formam infundáveis cadeias de causas e efeitos, que dificilmente podem ser alteradas e que movimentam os corpos interna e externamente. Assim sendo, como pensar a liberdade humana já que tudo seria determinado, inclusive a minha vontade individual? Como entender a liberdade se as escolhas são efeitos e não causas de si mesmas, logo, que as escolhas não são rigorosamente livres? Trata-se, na verdade, do velho problema metafísico do livre-arbítrio que se impõe a toda doutrina materialista, inclusive para o materialismo de Holbach. Lemos no *Sistema da natureza* a propósito:

[...] em uma natureza onde tudo está ligado, não existe nenhum efeito sem causa, e no mundo físico, assim como no mundo moral, tudo aquilo que ocorre é uma consequência necessária das causas visíveis ou ocultas, que são forçadas a agir de acordo com as suas próprias essências. (HOLBACH, 2010, p.266).

Tudo o que acontece na natureza, de acordo com Holbach, acontece de forma rigidamente determinada por causas físicas, dentro de um processo do qual nem as ações morais, que não estão fora do mundo físico, escapam. Sendo o homem também parte da natureza, consequência e causa em meio a inúmeras cadeias de fenômenos físicos, ele também será determinado em suas paixões, sentimentos,

escolhas e ações, logo, sua vontade seria o efeito de muitas causas, o que significa concluir que o ser humano não seria livre em sua vontade. É o que nos diz Holbach no seu *Sistema da natureza*:

Para ser livre, seria necessário que ele sozinho fosse mais forte do que a natureza inteira, ou seria necessário que ele estivesse fora dessa natureza que, estando sempre ela própria em ação, obriga todos os seres que ela abrange a atuarem e a concorrerem para a sua ação geral ou – como se disse em outra parte – a conservar sua vida ativa por meio das ações e dos movimentos que todos os seres produzem em razão das suas energias particulares submetidas a leis fixas, eternas e imutáveis. (HOLBACH, 2010, p.231).

Pascal Charbonnat, a propósito, em sua *Histoire des philosophies matérialistes*, sintetiza o determinismo de Holbach, que ele chama de “fatalismo”, da seguinte maneira:

O fatalismo de Holbach exprime portanto a unidade da totalidade universal. Todos os fenômenos, dos seres microscópicos gerados por fermentação às ações humanas, respondem a uma mesma regularidade. A lei natural não conhece limite, porque o substrato sobre o qual ele atua é por toda parte o mesmo. (CHARBONNAT, 2007, p. 357).

De acordo com essas palavras de Holbach e de Charbonnat, o homem não está alheio ou imune e sim sob o efeito constante das ações das leis fixas e imutáveis da natureza, já que ele é unicamente e absolutamente corpo, estando essa substância física, que também compreende a alma, submetida por inteira às determinações da natureza. Na perspectiva do filósofo, a alma, ou o espírito, não seria mais do que uma função corporal. Sendo assim, ao tentarem separar o corpo da alma, ao pretenderem transformar a alma em algo imaterial e sobrenatural, os moralistas dualistas, em sua maioria religiosos, tentaram tornar o homem imune às leis da natureza, portanto, às rígidas relações de causas e efeitos do mundo físico, tornando-o assim um ser livre, ou seja, movido por uma vontade sem determinações externas a ela. Sobre os esforços vão desses metafísicos religiosos Holbach comenta:

Aqueles que sustentaram que a alma era distinta do corpo, era imaterial, extraía suas ideias do seu próprio fundo, agia por si mesma e sem o auxílio dos objetos exteriores, libertaram-na – por uma consequência do seu sistema – das leis físicas segundo as quais todos os seres que nós conhecemos são obrigados a agir. Eles acreditaram que essa alma era senhora da sua sorte, podia regular as suas próprias operações, determinar suas vontades pela sua própria energia. Em poucas palavras, eles afirmavam que o homem era livre (HOLBACH, 2010, p. 229).

Refletindo sobre o determinismo de Holbach, Michel Onfray afirma que “Holbach sabe que o livre-arbítrio é uma invenção cristã destinada a tornar o homem responsável e, portanto, obrigado a responder por todas as suas ações, tanto pelo bem como pelo mal” (ONFRAY, 2012, p. 245). Boulad-Ayoub, sobre o mesmo tema, acrescenta que o determinismo de Holbach foi influenciado por diversas descobertas sobre a fisiologia do corpo humano propiciadas pela medicina do século XVIII. Ou seja, a explicação determinista circulava entre os pensadores do século XVIII francês, principalmente no que a autora chama de “núcleo

duro da *Enciclopédia*” (BOULAD-AYOUB, 2006, p. 257). O resultado foi que vários desses pensadores passaram a fundamentar suas teorias morais no determinismo revelado por essas descobertas médicas.

Importante ressaltar aqui, a título de argumentação, uma obviedade: a de que os pensamentos também seriam produto desse determinismo materialista. No entender de Holbach, se tudo é matéria, nossos pensamentos também seriam expressões materiais, mais precisamente, expressões fisiológicas, orgânicas, corporais. Isto posto, a conclusão do barão é de que as ideias que surgem, organizamos e articulamos em nossa cabeça também seriam o efeito da ação das leis fixas e imutáveis que afetam e conduzem todas as coisas na natureza. Como escreve Holbach no seu *Sistema da natureza*, “nossa maneira de pensar é necessariamente determinada por nossa maneira de ser; ela depende, portanto, da nossa organização natural e das modificações que nossa máquina recebe independentemente da nossa vontade” (HOLBACH, 2010, p. 243). E o principal erro dos filósofos nessa questão, ressalta Holbach, é não perceberem a complexidade e a variedade dos movimentos que determinam a matéria, em especial, os homens:

É a grande complicação dos nossos movimentos, é a variedade de nossas ações e é a multiplicidade das causas que nos afetam – seja ao mesmo tempo, seja sucessivamente e sem interrupção – que nos persuadem de que somos livres. Se todos os movimentos dos homens fossem simples, se as causas que nos afetam não se confundissem, fossem distintas, se nossa máquina fosse menos complicada, nós veríamos que todas as nossas ações são necessárias, porque remontaríamos imediatamente à causa que nos faz agir. (HOLBACH, 2010, p. 253).

Nesse sentido, por serem muitos esses movimentos, a atuação desses movimentos não seria facilmente percebida nas tendências por trás das ações humanas. A questão é que, para Holbach, se os humanos fossem seres mais simples no seu funcionamento e as causas que agem sobre eles fossem em menor número e menos complexas, os filósofos conseguiriam perceber enfim os efeitos dessas causas que determinam os indivíduos nos seus quereres e nas suas ações.

Mas se todos somos determinados pela necessidade de agirmos da forma como agimos, como poderíamos então administrar nossas vontades, tendências e ações para que elas não se efetivem como necessitam naturalmente ser efetivadas caso elas sejam prejudiciais à sociedade? Se tudo está inelutavelmente posto pela natureza, que é matéria, como uma moral seria possível uma vez que esta depende da liberdade de escolha dos indivíduos, escolha livre esta que não existe, para que haja responsabilidade pelos atos e assim possamos distingui-los entre bons e maus, virtuosos e viciosos?

A essas indagações Holbach responde que não é porque as atitudes de cada indivíduo são sempre necessárias que elas não têm um valor, logo, uma moralidade. O valor de cada ação seria dado pelo resultado, pela consequência prática que ela proporcionará no meio em que ela foi realizada. Ou seja, o valor de uma ação será estabelecido pela utilidade que ela terá tanto na vida do indivíduo quanto no

funcionamento da sociedade. Sobre o mérito e o demérito das ações nesse universo determinista Holbach escreve no *Sistema da natureza*:

O mérito ou demérito que atribuímos a uma ação são ideias fundamentadas nos efeitos favoráveis ou perniciosos que delas resultam para aqueles que as experimentam, e ainda que supuséssemos que o agente era necessário, nem por isso é menos certo que a sua ação será boa ou má, estimável ou desprezível para todos aqueles que sentirem as suas influências, enfim, apropriadas para despertar o seu amor ou a sua cólera. (HOLBACH, 2010, p. 270)

Boulad-Ayoub vai mais além e afirma que a moral holbachiana pode ser entendida como uma “moral pragmática que reavalia a ação boa e justa segundo o critério de utilidade: a virtude tornando-se o que se revela útil pelo julgamento para a realização de sua felicidade e de seu semelhante” (BOULAD-AYOUB, 2006, p. 265). O mesmo, poderíamos inferir, valeria, por exemplo, para a questão da justiça, no seu sentido positivo de ordenamento jurídico das sociedades?

Não é porque os homens são determinados em suas ações que suas faltas não devam ser punidas. Holbach não tem dúvida a esse respeito. Determinismo não é para ele desculpa para a impunidade. Para ele, é necessário e legítimo que a sociedade se defenda dos seus inimigos. Para isso ele evoca o Estado e suas leis: “As leis são feitas para manter a sociedade e para impedir os homens associados de se causarem danos uns aos outros. Elas podem, portanto, punir aqueles que a perturbam ou que cometem ações nocivas aos seus semelhantes” (HOLBACH, 2010, p. 271).

Holbach usa ainda a loucura para justificar sua posição em favor da execução das leis em prol da integridade da sociedade: “A loucura é, sem dúvida, um estado involuntário e necessário. No entanto, ninguém acha que seja injusto privar da liberdade os loucos, embora suas ações não possam ser imputadas senão ao desarranjo de seu cérebro” (HOLBACH, 2010, p. 275).

Ainda sobre essa questão das leis e da justiça, o entendimento de Holbach é que os diversos crimes que existem no mundo só existem em tal quantidade porque os indivíduos são compelidos pela sociedade a cometê-los. O fato é que os homens não conseguem se guiar estritamente pela moral porque faltam-lhes bons exemplos de virtude na sociedade, e a educação, nesse caso, seria uma instância estratégica para instruir os homens nessa virtude ausente, como escreve Holbach no *Sistema da natureza*:

Só vemos tantos crimes sobre a Terra porque tudo conspira para tornar os homens criminosos e viciosos. Suas religiões, seus governos, sua educação, os exemplos que eles têm diante dos olhos os impelem irresistivelmente para o mal: enquanto isso, a moral prega-lhes em vão a virtude, que não seria senão um sacrifício doloroso da felicidade em sociedades onde o vício e o crime são perpetuamente premiados, estimados e recompensados, e onde as desordens mais terríveis só são punidas naqueles que são fracos demais para terem o direito de cometê-las impunemente (HOLBACH, 2010, p. 247).

Mas de que vale a moral, e principalmente a educação, se todos os atos dos indivíduos são sempre necessários, implacavelmente determinados? De que serviria a educação se os homens possuem uma essência imutável, logo, inflexível a qualquer tentativa de modificação dessa essência ontológica? Autores como Ávila e Onfray também perceberam e destacaram tal conflito e desafio no pensamento holbachiano. Onfray, por exemplo, tenta explicar o problema da seguinte maneira:

(...) para evitar o enclausuramento induzido pela radicalidade de uma posição metafísica puramente determinista, D’Holbach reintroduz seu clinâmen, um puro postulado da razão prática que podemos traduzir assim: somos totalmente determinados, exceto naquilo que escapa ao determinismo.” (ONFRAY, 2012, p. 251).

Aquilo que aparentemente escaparia ao determinismo da matéria segundo Onfray, talvez pudéssemos chamar pela paradoxal expressão “autodeterminação determinada”. Como explicá-la sem cair na armadilha conceitual e lógica da tese do “determinismo relativo”, que não parece ser o de Holbach? Ao mesmo tempo em que um indivíduo é determinado de forma absoluta pela sua singular organização corporal a querer, escolher e agir de uma forma e não de outra, ele também pode ter em meio às inúmeras determinações que o compõem, o impulso e o desejo de recusar determinações específicas que inevitavelmente o compõem como corpo e indivíduo fisicamente determinado. Mais: embora determinado pela sua constituição material, vale lembrar que os indivíduos são dotados de razão e contam com as lições da experiência, as quais podem funcionar também como determinações em meio a outras tantas, por exemplo, como determinações contrárias a determinações que nos aborrecem e que nos causam arrependimento. Essa eventual vontade determinada do indivíduo contra certas determinações que o desagradam na dinâmica do seu ser, instruída pela razão e pela experiência, pode fazer esse indivíduo também ser causa em meio aos efeitos, na prática, ser afeto contra afetos, força contra forças, tendência contra tendências, ação e reação, vontade de virtude contra uma compulsão ao vício, enfim, um interminável conflito pessoal, um indivíduo em guerra constante consigo mesmo que pode ter como resultado abrandamentos, alterações e até anulações de determinações indesejáveis. Explicando de outro modo, entender o determinismo na sua complexidade significa admitir eventualmente organizações corporais que tenham como determinação não se resignar às suas próprias determinações quando estas não lhes agradarem ou lhes forem nocivas. Ou seja, contra os males da natureza, parece não haver outra saída a não ser buscar seus remédios na própria natureza, conclusão esta do próprio Holbach no seu *Sistema da natureza*:

Busquemos na própria natureza os remédios que ela nos oferece para os males que nos causa. Se ela manda doenças, procuremos no seu seio as produções salutares que faz nascer para nós. Se ela nos dá erros, fornece-nos, na experiência e na verdade, os contravenenos apropriados para destruir os seus funestos efeitos (HOLBACH, 2010, p. 293).

Em termos práticos, contra as determinações indesejáveis dentro do seu próprio ser, cabe ao indivíduo determinado a não apreciar suas próprias determinações forjar determinações contrárias com base na sua própria determinação de não aceitar algumas de suas próprias determinações. E devemos fazer isso usando a razão e a experiência, ambas presentes em todas as ciências e atividades de conhecimento que os homens puderam desenvolver, em especial, a educação e a política. A educação e a política, segundo Holbach, podem ser pensadas como determinações capazes de se opor a determinações não desejáveis na dinâmica dos indivíduos do ponto de vista do interesse humano.

Uma política da felicidade

Da mesma forma que os homens podem construir diques para conter inundações e adequar o curso das águas dos rios aos seus interesses, e a imagem aqui é do próprio *Sistema da natureza* (HOLBACH, 2010, p. 272), o mesmo podemos fazer, acredita Holbach, com as determinações naturais dos homens. A educação, segundo Holbach, faria com os homens o mesmo que os diques fazem com o curso dos rios, isto é, a educação promoveria a adaptação da organização corporal dos indivíduos e suas determinações a um projeto de sociedade virtuosa e feliz. Determinados pela educação, os indivíduos, desde os seus primeiros anos, acabariam cultivando bons hábitos, aprenderiam a diferenciar com facilidade a virtude do vício, a moderar suas paixões, a ver seus interesses nos interesses da sociedade, enfim, aprenderiam a ser felizes, tal como a natureza nos impõe, como lemos abaixo:

A educação é a arte de modificar, configurar e instruir os filhos de maneira que eles se tornem homens úteis e agradáveis à sua família e à sua pátria, e capazes de proporcionar felicidade a si mesmos. [...] Educar uma criança é servir-se das suas disposições naturais, do seu temperamento, da sua sensibilidade, das suas necessidades e das suas paixões para modificá-la ou torná-la como se deseja. É mostrar-lhe aquilo que ela deve amar ou temer e fornece-lhe os meios de obtê-lo ou de evitá-lo. É incitar seus desejos por certos objetos e reprimi-los por outros. (HOLBACH, 2014, p.653, grifo do autor).

É desse modo, portanto, atribuindo à educação tal relevância e esperança, que Holbach imaginou a construção do homem feliz, um projeto moral e político de alcance ontológico, na medida em que viabiliza à natureza, ou melhor, à matéria, o cumprimento do seu *télos* empírico e imanente no caso humano: efetivar-se como felicidade.

Referências

ÁVILA, Fábio Rodrigues de. **Natureza e imanência: o Sistema da natureza** de Holbach. São Paulo: Alameda, 2018.

BOULAD-AYOUB, Josiane. “L’homme de la raison future: et la politique naturelle des passions”, In BOURDIN, J.C., (org.) **Materialistes français du XVIIIe siècle**: La Mettrie, Helvetius, d’Holbach. Paris: PUF, p. 255-268, 2006.

BOURDIN, Jean-Claude. “Le matérialisme de Holbach pour « sortir » de la philosophie?”, In BOURDIN, Jean-Claude. (org.). **Materialistes français du XVIIIe siècle**: La Mettrie, Helvetius, d’Holbach. Paris: PUF, p. 325-352, 2006.

CHARBONNAT, Pascal. **Historie des philosophies matérialistes**. Paris: Éditions Syllepse, 2007.

DIDEROT, Denis. **Jacques, o fatalista, e seu amo**. São Paulo: Nova Alexandria, 2003.

HOLBACH, Barão de. **A moral universal** ou os deveres do homem fundamentados na sua natureza. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **Sistema da natureza** ou das leis do mundo físico e do mundo moral. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ONFRAY, Michel. **Contra-história da filosofia 4**: os ultras das Luzes. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

ROMUALDO, William. **Materialismo e moral em Holbach**: os fundamentos da felicidade no Sistema da natureza. Dissertação de mestrado. FFC-Unesp: Marília, 2018.

SCHOPKE, Regina. **Dicionário filosófico**: conceitos fundamentais. São Paulo, Martins Fontes, 2010.

Recebido em: 02/10/2023

Aceito em: 19/11/2023